

A CENTRALIDADE DA PERIFERIA. PRATA, CONTRABANDO, DIPLOMACIA E GUERRA NA REGIÃO PLATINA (1680-1806)

NUNO GONÇALO MONTEIRO
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa

PEDRO CARDIM
Centro de História de Além-mar
Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

O artigo pretende analisar as dinâmicas e relações dos vários agentes envolvidos nos conflitos decorrentes da exploração da prata e das relações comerciais da região platina. Entende-se que estudar os conflitos a partir da dualidade Portugal e Espanha não é suficiente para explicar a complexidade daquele cenário, tendo em vista que ambos comportam-se de forma heterogênea, e que havia outras nações, como Inglaterra, França e Holanda que também tinham interesses no Rio da Prata. Pretende-se ainda analisar a razão pela qual a coroa portuguesa estima esse território a ponto de criar uma praça militar na América espanhola, fugindo totalmente ao modelo adotado no Atlântico, e que tinha como função não só proteger as navegações portuguesas no Rio da Prata, mas, sobretudo, o comércio ilícito.

PALAVRAS-CHAVE: Região Platina; contrabando; relações Portugal-Espanha.

ABSTRACT

This article tries to understand the dynamic and constant relations established by the agents responsible for the silver exploitation and the commercial life of the Plate. To study those conflicts based only on the dualism of Spanish and Portuguese crowns isn't satisfactory, as long as both didn't act in a homogeneous way. Also, there were other nations involved, as Great Britain, France and Netherlands. After that, the article discusses the relevance of that territory to the Portuguese Crown, which came to establish a military fortress in Spanish America territory, in a singular way, when we think about the model adopted in the Atlantic possessions: a fortress dedicated to the defense of the Portuguese navigations but, overall, to protect smuggling.

KEYWORDS: The Plate; smuggling; Portugal and Spain foreign relations.

Os estudos reunidos neste Dossiê foram inicialmente realizados no âmbito do projecto *Nas Franjas dos Impérios. Dinâmicas de expansão e ocupação territorial na Região Platina, 1668-1808*, financiado pelo Instituto Camões / Programa Lusitânia (Ministério dos Negócios Estrangeiros – Portugal) e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Ciência, Ensino Superior e Tecnologia – Portugal) (PLUS/HAR/50286/2003), e *ulteriormente completados com as pesquisas dos vários colaboradores*. Assentando na estreita articulação de investigadores portugueses com um conjunto de pesquisadores brasileiros (entre os quais é imprescindível destacar o nome de Maria de Fátima Gouvêa, reputada historiadora infelizmente desaparecida no início de 2009), o referido projecto incidiu sobre a colonização da área do Rio da Prata entre o final do século XVII e os primeiros anos de Oitocentos.

Na sua formulação inicial, ambicionava-se explicar as dinâmicas de ocupação do espaço naquela região marcada, durante muito tempo, por disputas fronteiriças entre dois empreendimentos imperiais, o português e o espanhol. Contudo, e à medida que a investigação foi avançando, percebeu-se que as dinâmicas políticas que aí tiveram lugar se revestiam de um interesse ainda maior, pois permitiam captar o modo como aquele espaço foi sendo apropriado por uma multiplicidade de agentes, individuais e colectivos, entre os quais se destacaram as populações que viviam numa vasta região então denominada de Tucumán e, também, aquelas que provinham das áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O estudo de tais dinâmicas mostrou como essa área remota se tornou no centro das preocupações das autoridades portuguesas e espanholas, tanto das que se encontravam na Península Ibérica, quanto das que estavam baseadas no continente americano. Na realidade, graças a essa disputa, durante mais de um século esse espaço aparentemente periférico das duas monarquias ibéricas desfrutou de uma inusitada centralidade na «grande política» luso-espanhola, tendo sido isso o que aconteceu durante a guerra de Sucessão de Espanha, mas também em 1735-36, em 1750, em 1756, em 1762-1763 ou em 1777-1778. Além disso, e no que respeita às relações entre e Coroa e a Igreja, esse remoto espaço americano também esteve no centro das preocupações políticas, das disputas diplomáticas e dos confrontos bélicos entre as duas monarquias ibéricas, para além de ter contribuído, ainda, para colocar **o Portugal de Dom José I na “vanguarda europeia” da luta contra a Companhia de Jesus**.

Interacção e disputa na região platina

Como explicar a inusitada centralidade dessa zona que se situava, literalmente, nas “franjas” dos dois impérios ibéricos da América? A esta questão há que juntar outras duas, não menos relevantes: até que ponto os agentes políticos tinham consciência da importância deste espaço? E em que medida tal consciência estava ancorada em indicadores sobre o terreno minimamente sólidos? Estas foram as perguntas que nortearam boa parte do trabalho que foi desenvolvido no âmbito deste projecto.

Para responder cabalmente a estas perguntas torna-se necessário lembrar que era muito o que estava então em jogo naquela região austral. Como se sabe, desde o início de Seiscentos um número considerável de portugueses estava a deslocar-se para a área de influência de Buenos Aires, tendo em vista tirar partido das oportunidades de negócio proporcionadas por essa zona. Nos anos finais do século XVI o assentamento espanhol de Nuestra Señora del Buen Retiro começara finalmente a crescer, beneficiando da prata que estava a ser trazida, ilegalmente e em quantidades crescentes, do distante Alto Peru, através da rede fluvial que ligava essa zona do interior sul-americano e o oceano Atlântico. Foi também por essa altura que, no lado português, o Rio de Janeiro se desenvolveu, e tal aconteceu porque esta cidade portuária beneficiou da crescente interacção comercial com a área de Buenos Aires, cuja elite demandou, a partir de então, um leque cada vez mais variado de produtos, entre os quais se contavam os escravos africanos. De resto, a partir do momento em que Portugal passou a integrar a Monarquia espanhola cresceu significativamente o número de lusos que se estabeleceram naquela cidade da América espanhola, o que indica que a união política fomentou a interacção entre essas duas zonas limítrofes dos dois impérios ibéricos¹.

Em paralelo a esta dinâmica comercial que ligava, por via marítima, o Rio de Janeiro e Buenos Aires, a partir de São Paulo intensificaram-se as expedições de exploração do interior sul-americano. A bacia dos rios Paraná e Prata foi uma das áreas privilegiadas para esta dinâmica expansiva originária do planalto de Piratininga. Mais do que um relacionamento comercial, a iniciativa paulista era, sobretudo, uma actividade eminentemente predatória, mas que, a despeito disso, também contribuiu para o aumento da presença portuguesa na área do sul do Brasil e, também, do actual Uruguai.

Como é bem sabido, toda essa região estava situada na esfera jurisdicional da Monarquia espanhola. No entanto, e devido à sua posição geográfica, foi quase sempre relegada para um plano subalterno no quadro do vice-reino do Peru, circunscrição de que Tucumán fazia parte. Foi certamente por isso que as autoridades espanholas, pelo menos até 1640, foram relativamente condescendentes face a estas incursões portuguesas. O texto de Rodrigo Ceballos incluído na presente publicação incide, precisamente, nesta temática, fornecendo ampla informação sobre a presença lusa em Buenos Aires.

A ruptura entre Portugal e a Monarquia espanhola, em 1640, começou por ter um impacto diminuto nesta região. É certo que, à semelhança do que se passou na generalidade da América espanhola, as autoridades de Buenos Aires também decretaram a expulsão dos portugueses que aí residiam.

1 CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Edusp, 1984. CEBALLOS, Rodrigo. Uma Buenos Aires lusitana: a presença portuguesa no Rio da Prata (século XVII). *Mneme. Revista de Humanidades*, Caicó, v. 9. n. 24, set/out (2008). CEBALLOS, Rodrigo. Extralegalidade e autotransformação no porto: a presença portuguesa na Buenos Aires colonial (século XVII). *Revista Territórios e Fronteiras*, Universidade Federal de Mato Grosso, V.1, n.2, jul/dez (2008), p. 300-317.

No entanto, e tal como sucedeu em muitos lugares dos dois vice-reinos americanos de Castela, a medida foi aplicada de forma lenta e pouco resoluto².

De qualquer modo, depois de 1640, e em boa medida por causa da separação entre Portugal e a Monarquia espanhola, os limites fronteiriços entre as duas Américas ibéricas passaram a ser encarados de uma forma bem diferente, verificando-se um esforço inédito para instaurar uma demarcação fronteiriça mais rigorosa. Acresce a isto o facto de, no lado português, existir uma disposição cada vez mais evidente para um controlo territorial mais efectivo e para a expansão do domínio luso para áreas situadas cada vez mais no interior. A rivalidade entre Espanha e Portugal cresceu, muito embora tal não tenha impedido a interacção entre as duas Américas ibéricas, em especial na zona situada a sul do Estado do Brasil³.

À semelhança do que já vinha sucedendo antes de 1640, na região platina foram sobretudo os portugueses que denotaram uma maior propensão expansiva, realizando sucessivas incursões em território sob jurisdição castelhana. Uma parte considerável dessas iniciativas tinha um carácter espontâneo, sendo protagonizada quer por paulistas desbravando regiões situadas no interior, quer por mercadores baseados no Rio de Janeiro, os quais viram no comércio – ilegal – com Buenos Aires uma forma de maximizar as suas fontes de fornecimento de escravos em África, sobretudo em Angola. No entanto, e como assinalam Maria Fernanda Bicalho e Fátima Gouveia no seu contributo, paralelamente ao crescimento do contrabando registaram-se, também, iniciativas oficiais, sobretudo da parte das autoridades sedeadas no Rio de Janeiro, as quais estavam sobretudo voltadas para o alargamento do território, bem como para a sua ocupação e delimitação.

Como se pode ver, o esforço para demarcar o território de forma mais rigorosa coexistiu com uma postura condescendente das autoridades portuguesas e espanholas face à interacção entre os dois impérios ibéricos. Além disso, coexistiram, também, dinâmicas de interacção e tendências de fechamento da fronteira.

É importante ter em conta que, a partir de meados do século XVII, os ibéricos estiveram cada vez menos sozinhos naquela região. As rivalidades europeias repercutiram-se fortemente nas colónias atlânticas e da parte das monarquias ibéricas o exclusivo colonial tornou-se cada vez mais difícil de manter, algo que se tornou bem visível em 1670, quando se assinou o tratado entre Espanha e Inglaterra, mediante o qual as autoridades espanholas reconheceram, pela primeira vez, a soberania inglesa sobre as possessões da América, incluindo Jamaica. Pouco tempo depois, os neerlandeses, tirando partido da aproximação com os hispanos, conquistaram posições no comércio ultramarino espanhol. Mais tarde, em 1685, o embaixador neerlandês em Madrid conseguiu que o *asiento de negros* passasse para as mãos de uma das mais ricas famílias de Amesterdão, os Coyman, dando assim origem a um

2 TRUJILLO, Oscar. Facciones, parentesco y poder: la elite de Buenos Aires y la rebelión de Portugal de 1640. In CASALILLA, Bartolomé Yun (org.) *Las redes del Imperio*. Elites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 341-358.

3 CORTESÃO, Jaime. O território da Colônia do Sacramento e a formação dos estados platinos. *Revista de História*, São Paulo, n. 17, jan-mar (1954).

impressionante fluxo de trocas. Na sequência disso, a rota entre a América e a Europa, passou a ser escoltada, cada vez mais frequentemente, por navios neerlandeses, os quais efectuavam já comércio directo com a América a partir de Curaçao, principal armazém para abastecimento de mão-de-obra negra⁴. Nos anos que se seguiram aumentou muito a presença de navios neerlandeses, mas também ingleses, no Atlântico sul, ao mesmo tempo que se acentuou o declínio naval das duas monarquias ibéricas. Quanto às rotas do Atlântico sul português, a presença neerlandesa também aumentou consideravelmente. Registe-se, igualmente, a criação de duas companhias comerciais voltadas para o lucrativo abastecimento de escravos da América espanhola: a Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné (1675-1682) e a Companhia do Cacheu e Cabo Verde (1690-1703). Importa ter em conta que tanto uma como a outra tinham por detrás poderosos interesses mercantis ingleses e neerlandeses.

Paralelamente a estas iniciativas comerciais e, em parte, relacionadas com elas, na corte de Lisboa das décadas de 1670 e 1680 também se notou um inusitado interesse pelo Atlântico Sul. As cartas enviadas a partir de Lisboa pelos representantes diplomáticos de Espanha mostram bem que, para o regente Dom Pedro e para os seus conselheiros, a fronteira sul do Brasil estava a adquirir, então, uma crescente importância. Convém assinalar que, ao longo destes anos, a questão dos limites territoriais da América portuguesa cada vez mais se cruzou com o problema do acesso à prata. Como se sabe, Portugal necessitava vitalmente desse metal, não só porque era uma das principais formas de entesouramento das elites⁵, mas também para aumentar a fluidez monetária nos mercados do «reino e das conquistas», frequentemente afectados por crises de rarefacção de moeda. O facto de a Coroa portuguesa – ao contrário da castelhana – não deter territórios produtores de prata e enfrentar frequentes crises de numerário também explica, portanto, este persistente interesse luso pela região platina⁶.

O corolário desta dinâmica acabaria por ser a fundação de um assentamento militar português na margem norte do Rio da Prata, mesmo em frente da cidade de Buenos Aires, baptizado como «Colónia do Sacramento»⁷. Situada na ilha de São Gabriel e junto à margem norte do Rio da Prata, a fortaleza de Sacramento, fundada a 1 de Janeiro de 1680, era uma iniciativa

4 HERRERO SÁNCHEZ, Manuel. La presencia holandesa en Brasil y la posición de las potencias ibéricas tras el levantamiento de Portugal (1640-1669). In SANTOS PÉREZ, José Manuel; SOUZA, George Cabral (orgs.). *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2006, p. 67-90.

5 GOULÃO, Maria José. A arte da prataria no Brasil e no Rio da Prata no período colonial: estudo comparativo. *Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas*, México, 74-75 (1999) p. 135-145; ver, também, da mesma autora, *La puerta falsa de América*. A influência artística portuguesa na região do Rio da Prata no período colonial. Tese de doutoramento, Universidade do Coimbra, Faculdade de Letras, 2005.

6 LOUREIRO, Marcello. *A Gestão no Labirinto*. Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705). Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2012, p.202 e seg.

7 ALMEIDA, Luís Ferrand de. Origens da Colónia do Sacramento: o Regimento de D. Manuel Lobo (1678). *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX (1982).

que se integrava no esforço para expandir territorialmente o limite sul da América portuguesa. A escolha do local para a fundação desta povoação, segundo alguns, tinha como finalidade assinalar, de forma clara, o extremo meridional do território português na América. Além disso, visava reatar os fluxos – de contrabando – que foram momentaneamente interrompidos após 1640 e, sobretudo, depois de 1668, fluxos esses que ligavam Buenos Aires e o sul do Brasil. Como se sabe, o local escolhido para a criação dessa fortaleza era o ponto mais próximo de Buenos Aires onde podiam fundear navios de grande calado⁸. A partir daquele local os lusos não só contrabandearam produtos em barcos mais pequenos, mas também ocupar terras a montante do Prata e seus afluentes (algo que ocorreu, sobretudo, a partir de 1690), podendo, ainda, tirar partido do florescente comércio de couros de gado. Recorde-se que toda esta dinâmica de ocupação territorial – detalhadamente analisada por Adriano Comissoli, Augusto da Silva e Fábio Kühn num dos textos que integram este dossier – englobava a chamada «Vacaria do Mar», área onde existia um grande número de animais bovinos originariamente fugidos das reduções jesuítas, mas que entretanto se tinham multiplicado por causa das condições ambientais da zona. A carne e os couros foram recursos disputados pelo *cabildo* de Buenos Aires, pelos habitantes de Santa Fé, pelos jesuítas das missões e, ainda, pelos portugueses⁹.

Como se sabe, a fortaleza de Colónia de Sacramento iria converter-se num tema central das relações diplomáticas entre Espanha e Portugal ao longo do século e meio que se seguiu. Vários dos estudos que integram este *Dossier* trazem à luz informação inédita sobre as circunstâncias que rodearam a decisão de criar esta fortaleza lusa numa zona tão a sul da área que se encontrava sob soberania portuguesa. Por esse motivo, limitamo-nos a assinalar alguns dos principais factos que marcaram a trajectória dessa iniciativa portuguesa.

Sacramento era um assentamento de cariz exclusivamente militar e desprovido de órgãos de governo civil. No fundo, aquele lugar era encarado, pelos portugueses, como a vanguarda de uma ocupação que, se tudo corresse de feição, acabaria por abarcar a totalidade do espaço a norte do rio da Prata. Além disso, e como demonstra Fabrício Prado num dos estudos publicados no presente volume, ocupando um dos melhores pontos do estuário do Prata, os portugueses convertiam-se em intermediários mais ou menos obrigatórios das transacções que ali tivessem lugar.

No entanto, e como é sobejamente conhecido, nessa ocasião as autoridades de Buenos Aires não contemporizaram e, em 1681, forças espanholas tomaram Sacramento, contando, para tanto, com o apoio jesuíta e indígena. O governo de Dom Pedro protestou contra o sucedido e Carlos II, muito pressionado por França depois do tratado de Nimega, procurou dar satisfação às pretensões de Portugal, assinando, a 7 de Maio de 1681, o *Tratado Provisional*, no qual provisoriamente admitia a presença lusa naquele

8 MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

9 GIL, Tiago Luís. *A produção de gado muar no Rio Grande de São Pedro: o caso dos criadores da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Jesus do Triunfo*. Porto Alegre: UFRHS, 2000.

local, tal como existia antes do ataque espanhol¹⁰. Foi desse modo que, em Janeiro de 1683, os portugueses regressaram a Sacramento.

O que aconteceu nos anos que se seguiram é já razoavelmente conhecido e encontra-se tratado com detalhe, em vários dos estudos que fazem parte desta publicação. A presença portuguesa em Sacramento foi-se aos poucos consolidando, sucedendo-se, no comando da praça, Dom Manuel Lobo (1680-1681), Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689), Francisco Naper de Lencastre (1689-1699) e Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705). Pela mesma altura, foi-se acentuando o peso comercial e político da região de Guanabara: em 1676 foi criado o bispado do Rio de Janeiro com jurisdição «usque ad Flumen de Plata»; três anos mais tarde as capitanias do sul do Brasil passaram a estar subordinadas à do Rio de Janeiro; com a descoberta de ouro nas Minas, o caminho que ligava esta região interior ao Rio de Janeiro foi-se impondo, o que também se revelou determinante para essa cidade e seu porto; finalmente, em 1699 a capitania do Rio de Janeiro logrou subordinar a de São Paulo, naquilo que constituiu mais um sinal da preponderância política, mas também mercantil, dessa cidade portuária.

Nas vésperas da guerra de sucessão de Espanha a situação pareceu melhorar para os portugueses, já que Filipe V assinou, com Dom Pedro II (a 8 de Junho de 1701) um tratado de aliança através do qual, e no que toca à região platina, os lusos viram confirmado o que tinha sido acordado em 1681: transformar em definitiva a concessão provisória da Colónia de Sacramento feita por Espanha a Portugal em 1681. Filipe V ainda levantou dúvidas ao artigo 14º do tratado, insistindo na frase «como ao presente o tem», insistência que dificultava a pretensão portuguesa de ocupar Montevideu e a ilha de Maldonado, à data nas mãos dos espanhóis. E o facto é que tanto o governador de Buenos Aires quanto o vice-rei do Peru insistiram nesta frase para retardarem a saída espanhola da margem norte do Prata¹¹.

Apesar de ter permitido aos portugueses o reforço das suas fortificações, o tratado entre Portugal e França acabou por ter um impacto reduzido na zona do Prata. Mais influência teve a decisão de Filipe V, nesse mesmo ano de 1701, de conceder o contrato de fornecimento de mão-de-obra africana à América espanhola – o *asiento* – a uma companhia francesa, resolução que deixou muito descontentes os negociantes portugueses, ingleses e, também, neerlandeses. Uma das principais afectadas por estas medidas foi a Companhia do Cacheu e Cabo Verde, porque, precisamente, estava vocacionada para o envio de escravos africanos para a América espanhola. Dado que, por detrás desta companhia estavam capitais ingleses, a questão tornou-se num tema internacional e terá mesmo sido determinante para levar as chamadas «potências marítimas» a apoiar a pretensão do arquiduque Carlos ao trono de Castela e de Aragão.

10 ALMEIDA, Luís Ferrand de. Informação de Francisco Ribeiro sobre a Colónia do Sacramento. In *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXII (1955).

11 ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, 1973.

Foi assim que a questão de Sacramento adquiriu uma dimensão mais marcadamente internacional. Como demonstrou, entre outros, Luís Ferrand de Almeida, nos meses que antecederam a guerra da sucessão de Espanha a grande preocupação lusa consistiu em garantir protecção para as suas possessões ultramarinas, tendo sido isso, aliás, o que verdadeiramente ditou a sua decisão de aderir à «Grande Aliança» (1703)¹².

Contudo, e no que toca à região platina, entre 1702 e 1703 dois factos novos provocaram uma escalada de hostilidades. Antes de mais, a chegada, em 1702, de um novo governador a Buenos Aires. Pouco depois de assumir funções Alonso Juan de Valdés Inclán tomou uma série de medidas tendentes a dificultar o comércio com os portugueses, contribuindo para aumentar a tensão na zona.

Em segundo lugar, importa também ter em conta o facto de, em 1703, Portugal ter rompido com França e ingressado na «Grande Aliança». Através desta decisão Dom Pedro II recebia garantias de que, no caso de vitória dos aliados, a França seria obrigada a renunciar às suas pretensões territoriais na zona localizada entre os rios Oiapoque e o Amazonas. Além disso, mediante esse tratado os aliados asseguravam a Portugal que a Monarquia Hispânica reconheceria a soberania portuguesa sobre toda a margem norte do Prata.

Como seria de prever, a adesão de Portugal à «Grande Aliança» levou à abertura das hostilidades na zona do Rio da Prata. Assim, e a partir da segunda metade de 1704, sucederam-se os ataques espanhóis a Sacramento, que resistiu com tenacidade. Contudo, ao cabo de vários confrontos os lusos acabaram por retirar e incendiar a fortaleza (14 de Março de 1705). Segundo Paulo Possamai, a decisão do abandono foi tomada no Rio de Janeiro, cidade que, pela mesma altura, estava a ser fustigada por ataques de piratas e onde cada vez mais se temia um assédio francês¹³.

Com o abandono português da «Banda oriental», os mercadores franceses ocuparam o seu lugar não só no fornecimento de mão-de-obra africana, mas também na exploração da riqueza emergente daquela região: os couros. A presença francesa na região contribui mesmo para valorizar essa mercadoria e para a inserir nos mercados internacionais. O interesse francês pelo Atlântico sul voltou a manifestar-se por ocasião dos ataques ao Rio de Janeiro. Apesar de se tratar de expedições eminentemente predatórias, em Lisboa chegou-se a recear que se esse ataque fosse o início de uma ocupação do Estado do Brasil¹⁴.

Como se sabe, a fortaleza de Sacramento permaneceu nas mãos dos espanhóis até ao final da guerra, o que fez com que o tema tivesse sido debatido no quadro das negociações que tiveram lugar em Utreque. Entre as principais pretensões de Portugal estava, naturalmente, a restituição do Rio de

12 *Idem*.

13 POSSAMAI, Paulo. *A Vida Quotidiana na Colónia do Sacramento*. Lisboa: Europa-América, reimpressão de 2006.

14 VIGANEGO, Pietro Francesco. *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*. (Introdução, tradução e notas de Fernando de Moraes do Rosário). Lisboa: Lisóptima, 1994, p. 73 e segs.

Janeiro, o fim dos ataques franceses ao Brasil e, ainda, a devolução da Colónia de Sacramento.

Como notou Isabel Cluny¹⁵, a situação negocial era complexa, pois, no decurso das conversações, não era totalmente claro o que iria acontecer às «Índias de Castela». O conde de Tarouca, representante português, começou por não se referir ao tema da Colónia de Sacramento pois estava convencido de que as possessões ultramarinas de Castela iriam ficar sob a soberania do Império, pelo que pensou que o melhor seria negociar directamente com Viena após o congresso.

A questão platina surgiu em Utreque, verdadeiramente, no quadro das negociações com Espanha. Foi nessa sede que Portugal exigiu a restituição de Sacramento e terras do Rio da Prata, bem como a liquidação da dívida do «Assento dos Negros» (ligada à Companhia do Cacheu e Cabo Verde)¹⁶. Por fim, a 6 de Janeiro de 1715 foi finalmente assinado o tratado de paz entre Dom João V e Filipe V, definindo-se que o território de Sacramento seria delimitado pelo raio de um tiro de canhão. Na carta que dá conta do tratado, o conde de Tarouca apresenta-se como o responsável pelo triunfo quanto a Sacramento:

porque escrevendo ouvi da parte de elrey de Castella que se não dicesse no tratado a Colonia pois já não havia tal Colonia, mas dissemos o terreno donde estava a Colonia, daqui tirei a occazião para huma grande negociação, e nesta agoa em volta, como se diz vulgarmente, encaixei hum plurar dizendo o territorio e a Colonia; esta malicia não percebeu o Duque de Ossuna, nem o embaixador de França e assim passou o plurar...

De acordo com Luís Ferrand de Almeida, a razão de ser desta subtilidade parece ser o desejo de manter uma base jurídica para possíveis alargamentos territoriais. Ou seja, os negociadores lusos tinham em mente que a presença portuguesa naquelas paragens não se iria ficar pela colónia de Sacramento¹⁷. Já Paulo Possamai interpretou esta passagem de uma forma distinta, sustentando que essa alusão pode estar relacionada, acima de tudo, com a falta de informação segura sobre aqueles espaços¹⁸.

Em Buenos Aires as disposições de Utreque não foram recebidas da melhor maneira. O *cabildo* resistiu a abandonar a margem norte do Prata e, em alternativa, criou um posto militar a poucas léguas de Sacramento. A passagem do «asiento de negros» (e do comércio de couros) de franceses para ingleses também enfrentou resistência. Além disso, persistiram as discussões sobre os

15 CLUNY, Isabel. *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

16 *Idem*.

17 ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*. Volume I (1493-1700). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957;

CLUNY, Isabel. *Op. Cit.*, p. 319.

18 POSSAMAI, Paulo. *Op. Cit.*

limites, motivadas em parte pela relutância em aceitar o acordado, mas também pela inexistência de informações rigorosas sobre aquelas regiões remotas. Da parte de Madrid, nos anos seguintes a Utreque, sucederam-se as manobras dilatórias da entrega de Sacramento, mas sempre por detrás de uma fachada de respeito pelo tratado. Por isso, a entrega oficial da fortaleza só aconteceu bastante mais tarde, a 5 de Novembro de 1716.

É importante ter em conta que o dinamismo desta área a norte do Rio da Prata aumentara bastante desde que se tinha anunciado a descoberta de ouro na região das Minas. Como se sabe, a região albergava uma quantidade tão grande de gado que chegou mesmo a especializar-se no abastecimento de carne e outros produtos à zona das Minas. O gado foi alvo da actividade predatória de portugueses, de índios das reduções, de espanhóis de Santa Fé, de Corrientes e de Buenos Aires. Convém lembrar que esta região vinha há décadas sendo percorrida por «tropeiros» e por contrabandistas de gado, ao ponto de, no início do século XVIII, existir já um caminho terrestre ligando essa área com o resto do Brasil chamado «caminho das tropas»¹⁹.

Nos anos que se seguiram a presença portuguesa em Sacramento foi sendo reforçada²⁰, sobretudo no decurso da governação de António Pedro de Vasconcelos (1722-1749). Paralelamente, prosseguiram as incursões quer de paulistas (no interior), quer de forças fluminenses (sobretudo nas zonas litorâneas), facto que contribuiu para incrementar a influência lusa naquelas paragens austrais. Corolário desta dinâmica foi Fundação do presídio que deu origem a Vila de Rio Grande, em 1737, e à criação, em 1738, da Capitania de Santa Catarina, através da desvinculação dos territórios da Ilha de Santa Catarina e do Continente do Rio Grande de São Pedro da jurisdição de São Paulo, passando-os para o Rio de Janeiro. O seu primeiro governador foi o brigadeiro José da Silva Pais, o qual promoveu a construção de fortalezas na ilha de Santa Catarina e nas pequenas ilhas localizadas na entrada norte e sul das baías.

Como se disse, desde Março de 1722 que a fortaleza era governada pelo brigadeiro António Pedro de Vasconcelos, o qual fundou vários presídios no território do futuro Uruguai, entre os quais um no mesmo local onde os espanhóis fundariam em 1726 Montevideu. Foi também por esses anos que o território de Guairá se converteu no espaço mais pretendido pelos portugueses da América, por ser fundamental para a futura expansão na «Banda Oriental». Tal crescimento resultava dos estímulos que foram apontados, entre os quais cabe destacar o ouro. O aumento da exploração aurífera na zona das Minas acrescentou uma outra dimensão à actividade económica desenvolvida na zona platina: a troca de ouro por prata, indispensável para os portugueses.

Contudo, este fluxo acabou por ser abruptamente interrompido em 1734, com a chegada do novo governador de Buenos Aires, don Miguel de Salcedo. No ano seguinte, a pretexto de um incidente diplomático em Madrid, uma força militar espanhola cercou Sacramento e criou um bloqueio que durou

19 OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: UFF, 1999.

20 PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Edição do autor, 2002.

cerca de dois anos. Em 1737 assinou-se um armistício que permitiu acalmar a situação durante algum tempo. Com a subida ao trono de Fernando VI, em 1746, a diplomacia espanhola enveredou por uma política de neutralidade à escala europeia, mas continuou a reclamar Sacramento. Como contrapartida, os lusos reclamaram um grande território onde se situavam sete reduções jesuítas com cerca de trinta mil guaranis. O facto de Fernando VI estar casado com Dona Bárbara de Bragança – filha de Dom João V – facilitou a comunicação entre os dois reinos. Com a chegada de José de Carvajal y Lancaster à liderança do governo espanhol as negociações avançaram, já que, para esse ministro, o tratado era um instrumento fundamental para fixar a fronteira naquela região cada vez mais importante para a América espanhola. Como mostrou Jaime Cortesão²¹, do lado português destacou-se, nessas negociações, Alexandre de Gusmão, para quem era positiva a cedência de Sacramento a troco do reconhecimento da soberania lusa noutras terras e a concessão de novas áreas. Gusmão, como se sabe, considerava que era limitado o ganho que Portugal podia retirar daquelas terras.

Assim, e após três anos de negociações, a 13 de Janeiro de 1750 foi assinado em Madrid um tratado entre Espanha e Portugal, sendo muito provável a ingerência inglesa nas negociações que conduziram a este acordo. Apesar de o Tratado de Madrid ser analisado por vários dos estudos que integram o presente volume, refira-se, em todo o caso, que este acordo estabelecia que o seu articulado seria a referência para reger, a partir dessa **data, e de forma "perpétua" (artigo 26), o limite dos domínios das duas monarquias ibéricas na América e na Ásia, revogando todos os acordos anteriores (artigo 1).** Além disso, declara que Portugal passaria a ter soberania sobre todo o território ocupado no Amazonas e no distrito de Mato Grosso (artigo 2), enquanto Espanha ficaria com a soberania sobre as Ilhas Filipinas. Por outro lado, cedia-se perpetuamente a Espanha a Colónia de Sacramento e o seu território adjacente na margem norte do Rio da Prata, bem como os direitos de navegação no Prata. Espanha, em contrapartida, abandonava os territórios a leste do rio Uruguai (a «Banda Oriental») incluindo os Sete Povos. Acresce que o acordo estabelecia que a fronteira entre os territórios das duas Coroas seria demarcada aproveitando os cursos dos rios e acidentes naturais (artigo 4).

Muito embora esta solução restringisse o contrabando através de Sacramento, abria uma nova via: o espaço a montante dos rios que entravam na província de Buenos Aires (Uruguai, Paraguai e Paraná), área que agora passava agora para a soberania lusa. Carvajal ainda introduziu dois outros artigos, o 19 e o 20, que procuravam estabelecer, em bases mais sólidas, uma proximidade e colaboração entre os dois impérios ibéricos na América, e um pacto de mútua confiança entre as duas Coroas. No caso de guerra entre os dois países tal converteria as terras da América em espaços neutrais, e o artigo 20 estabelecia apoio mútuo entre as partes contratantes e compromisso de

21 CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

defesa recíproca da fronteira. Trata-se de condições que tinham em vista a cada vez mais presente ameaça inglesa.

Finalmente, o artigo 22 estabelecia a constituição de comissões mistas para estabelecer a linha de demarcação e proceder à troca de territórios dentro de um prazo a estabelecer, e que, em princípio, não devia ultrapassar os 3 anos a partir da data de assinatura do tratado. Como se sabe, duas expedições seguiram para a América, uma de cada país, integrando técnicos (geógrafos e astrónomos) incumbidos de definir as fronteiras, a Norte e a Sul.

O significado económico e social da prata

Como se pode constatar, a questão dos limites territoriais da América portuguesa foi-se cruzando, cada vez mais, com o problema do acesso à prata no quadro de uma Coroa, como a portuguesa, que não a produzia e que muito dela precisava. Pode mesmo dizer-se que, a partir daí, a importância política do Prata e da «colónia do Sacramento» tinham uma relação directa com as necessidades portuguesas de fornecimento de prata. Mas quais eram, exactamente, essas necessidades de prata?

A fim de responder a esta questão, importa ter em conta que, para a monarquia portuguesa, a prata era então relevante a três principais níveis: como mercadoria de troca no comércio asiático; como meio de pagamento sob a forma de moeda nas transacções no interior do reino; e, por fim, como matéria-prima de uma indústria que tinha raízes muito remotas e era fundamental na produção das alfaias para os actos litúrgicos e nos investimentos em bens de ostentação das elites portuguesas. Este último aspecto tem sido pouco realçado, pelo que trataremos aqui de o reavaliar.

Sobre a primeira questão, a saber, a escassez de moeda no reino, ela é um facto atestado, como sugeriu há muito Jorge Borges de Macedo, desde os tempos da guerra da Restauração. Em 1662, um mês depois da subida ao poder de Castelo Melhor, subiu-se o valor oficial da prata para a cunhagem de moeda «pela pouca que de presente nele havia». Treze anos mais tarde, em 1675, reconhecia-se que «é tão pouco o dinheiro, que não só falta para a comutação da gente, mas até para se levar»²². É este o contexto da fundação da colónia do Sacramento.

Para o século XVIII, se tomarmos como indicador a amoedação de prata, apenas, concluiríamos que os valores envolvidos foram bastante baixos e que desde finais do século XVII Portugal se defrontava com uma recorrente escassez de prata, conforme demonstram concludentemente os trabalhos recentes de Rita Sousa. Em 1702 autorizou-se a circulação de moedas de prata espanholas (patacas), que se manteve até 1785. O valor oficial da prata em vigor era nitidamente inferior ao do mercado, sendo finalmente revisto em 1747 (relação ouro/prata 1/13,7), o que se manteve em vigor até 1822. De facto, entre 1708 e 1747 quase não se amoedou prata. Mesmo depois daquela data, a

22 MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*. 2ª ed. Lisboa: Quercus, 1982, p.23.

amoedação de prata foi extremamente irregular, situação que só foi superada a partir de 1773, quando se compraram sistematicamente patacas castelhanas a particulares, enquanto no período de 1765 a 1770 a proveniência principal eram os carregamentos do Brasil, seguido a grande distância dos da Índia e outras partes do império. No conjunto do período que vai de 1688 a 1797 amoedaram-se em média 69 contos por ano de prata, 80% dos quais correspondentes a recunhagem de moeda, o que representou em valor apenas 7,2 % do ouro amoedado durante o mesmo período, relação não muito diversa da que se verificou em Inglaterra no mesmo período, mas radicalmente oposta à constatada em França. Importa porém destacar que é já no início do século XIX que se registam os valores mais elevados, superando-se depois da abertura dos portos o montante de 2.000 contos em vários anos²³.

O segundo plano é o da prata utilizada no comércio no Estado da Índia. Muitas vezes, presume-se que era o principal destino da prata entrada, o que não é certo. Em todo o caso, falta-nos ainda uma avaliação suficientemente segura, calculada a partir dos montantes da Carreira das Índias.

No que toca à prata consumida pela igreja e pelas elites em geral, já se afirmou que a existência de apenas alguns ourives na Baía tinha por objectivo limitar a redução a prata lavrada das patacas castelhanas aí existentes. Contudo, para se equacionar correctamente a questão, haverá que indagar quais eram os montantes de prata existentes nas mãos dos particulares. Na verdade, embora não disponhamos de séries sobre as remessas de prata do Brasil para Lisboa, pode-se supor que estas eram significativas. Ao que parece, entre 1757 e 1768 entraram legalmente no reino, maioritariamente vindos do Rio, 2 600 contos de prata²⁴, enquanto entre 1750 e 1769 só se cunharam 780 contos de moeda de prata. E, ao contrário do que por vezes se afirma, não é de todo seguro que a prata chegada não ficasse retida no reino e seguisse maioritariamente para o Oriente, designadamente, para a Índia²⁵. Com efeito, se a cotação oficial praticada na Casa da Moeda de Lisboa era inferior ao preço de mercado e à cotação no Oriente, nada permite concluir que este fosse o destino maioritário da prata entrada no reino. Na verdade, há que pesar a sua enorme relevância no património dos particulares, designadamente, dos segmentos superiores da sociedade portuguesa.

Tanto em Lisboa, como no Porto, e em muitas outras terras do reino, existiam desde há muito, a par dos ourives do ouro, os ourives da prata. Embora os primeiros fossem em regra mais ricos, os seus números era muito

23 Cf. SOUSA, Rita. *Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)*. Lisboa: IN-CM, 2006, p.271-272; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita. Moeda e crédito, em Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

24 Cf. SOUSA, Rita. A prata no século do Ouro (1700-1797). In GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor Freire; DUARTE, Luís Miguel (orgs.). *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Economia, Instituições e Império. Coimbra: Almedina, 2002, p. 399.

25 SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993, p.177.

próximo, e as respectivas ocupações tinham desde há séculos um enquadramento artesanal e corporativo perfeitamente consolidado. Em Lisboa, principal centro de ourivesaria da monarquia, nos anos 60 do século XVIII, de acordo com as décimas de maneio pombalinas, existiam 111 ourives sem discriminação, 116 ourives de ouro, e 111 ourives, lavrantes, tiradores e torneiros de prata²⁶. No Porto, o número de mestres ourives da prata foi subindo ao longo do século XVIII, passando de 23 em 1703 para 65 em 1799, tendo a respectiva confraria tido um compromisso precisamente em 1747 e outro em 1801²⁷. Acresciam ainda os aprendizes e os lavrantes da prata, um ofício diverso. Também existiam com expressão ourives de prata em Évora, Coimbra, Viseu, Lamego, Braga e Guimarães, neste dois casos, em crescimento. No Brasil, apesar de todas as proibições e de haver certamente mais ourives de ouro que de prata, parece que em certos momentos se contavam por várias centenas, entre o Rio e outras sedes de capitania. Na monarquia portuguesa, a ourivesaria era das poucas e indiscutíveis artes maiores, com escola, tradição e exímios executantes. Era uma indústria com um amplo mercado.

Como se configurava a procura de objectos de prata no reino e de que forma era entesourada? Neste particular temos, em primeiro lugar, a imensa procura eclesiástica, designadamente, para as alfaias do culto. Não havia bispo ou simples paróquia (e eram cerca de 4.000 no reino) que não tivesse algum ou muitos objectos em prata lavrada. A casa real era, isoladamente, o maior cliente, combinando as encomendas ao estrangeiro (as célebres baixelas Germain²⁸), com as feitas a ourives portugueses.

Mas interessa aqui, em especial, destacar as características da procura por parte de particulares. Nesse terreno, conforme explicou o historiador de arte Gonçalo Vasconcelos e Sousa, o ouro, designadamente em jóias e cordões, era por vezes mais transversal do que a prata: desde a filha de um lavrador do Minho à rainha, eram muitas as pessoas que tinham algum ou vários objectos em ouro, quanto mais não fosse um cordão. A prata, pelo contrário, era socialmente mais distintiva, porque se usava, não só em jóias, e adereços pessoais mas numa multiplicidade de objectos para a mesa e outros fins, com forte cunho de representação exterior. Talheres, salvas, jarras e muitos outros objectos eram feitos em prata, de acordo com uma enraizada tradição portuguesa.

A «prataria» integrava, assim, a maior parte dos inventários das elites aristocráticas, designadamente, das casas titulares da primeira nobreza da corte. Dispomos de algumas dezenas de inventários que são muito irregulares quanto á qualidade do registo, mas observa-se uma regra quase invariável: de entre os bens móveis e para além do dinheiro (também ele em **metal...**) o ouro e a prata ultrapassam quase sempre todos os outros itens. Os montantes raras vezes alcançariam os 52,6 contos do inventário do Marquês de Abrantes em 1733, mas situavam-se geralmente entre mais de um e cerca de uma dezena de contos de reis. E, aspecto muito relevante, na maior parte dos

26 MACEDO, Jorge Borges de. *Op. Cit.*, p.91.

27 SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses, 1750-1810*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2004, p. 222-223.

28 D'OREY, Leonor. *A Baixela da Coroa portuguesa*. Lisboa: Inapa, 1991.

casos em que é possível distinguir, o valor dos objectos em prata ultrapassava o do ouro. De resto, conforme se constata no estudo sobre negociantes da praça de Lisboa na segunda metade do século XVIII de Jorge Pedreira, de um conjunto de 70 inventários estudados, pode concluir-se que a esmagadora maioria tinha objectos em ouro e prata e, embora não possamos determinar o peso de cada uma das componentes, sabemos que o valor médio do ouro, prata e jóias era de 1,7 contos²⁹. Numa investigação em curso mais abrangente, pois incide sobre de grupos intermédios de Lisboa (1742-1832), estudaram-se já 347 inventários, nos quais foi detectada a presença de objectos de ouro e/ou prata em 248 inventários, mas curiosamente a prata estaria mais presente no património dos lisboetas do que o ouro (237 inventários (69%) contra 197). Em média, os metais preciosos valiam 7% dos inventários e só a prata quase 220.000 réis³⁰. Por fim, também sabemos que em regra os fidalgos de província no século XVIII deixavam nos seus inventários alguma coisa em ouro e prata, embora faltem informações sistemáticas.

A questão é como e quanto chegava. Sobre o ouro, sabemos que em média foram legalmente remetidos para o reino 3 a 4.000 contos por ano durante o século XVIII (na década de 30 quase 7.000 contos/ano), boa parte dele amodado, e que cerca de 80% saía para fora³¹. No que respeita à prata, os níveis de entesouramento eram seguramente muito elevados e o principal mercado eram os ourives e os seus encomendadores, não a Coroa, sendo possível estimar a prata existente no reino em 1800 em algumas dezenas de milhares de contos.

Por outras palavras, todos os anos entrava muita prata e saía pouca. Em 1763, por exemplo, foram remetidos do Rio de Janeiro 740 contos em prata³², embora antes se tenham referido neste texto valores inferiores para a mesma altura. O consumo dos particulares exigia que o metal argentário entrasse todos os anos. Será demais estimar que ao longo do século a prata representou 10% do valor do ouro? Mas havia uma enorme diferença entre o ouro e a prata. Ao contrário do ouro, a prata não se produzia na esfera portuguesa, pelo que se tinha de obter (pois que as relações comerciais na Europa com a Espanha eram escassas e deficitárias) através do comércio do Brasil com a América espanhola. Até aos anos de 1760-1770 essa prata foi obtida, muitas vezes, através da venda de ouro em pó, e a partir do fim do século XVIII e inícios do XIX, mediante a venda de escravos africanos, produtos brasileiros e manufacturas europeias. Só que havia dois traços peculiares neste

29 PEDREIRA, Jorge Miguel. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa: De Pombal ao Vintismo (1755-1822)*. Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCSH/UNL, 1995, p.309-317.

30 Cf. DURÃES, Andreia. *Casas de cidade: processo de privatização e consumos de luxo entre as camadas "médias" urbanas (Lisboa na segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX)*. Doutoramento em curso, Universidade do Minho.

31 Cf. bibliografia citada e COSTA, Leonor Freire. *Relações económicas com o exterior*. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.). *História Económica de Portugal 1700-2000*. vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2004.

32 Cf. SANTOS, Corcino M. , *Op. Cit.*, p. 175.

comércio persistente e quase institucionalizado: era por definição ilegal (ou seja, contrabando, pelo menos até 1796³³) e fazia-se quase todo pelo Prata, mesmo quando deixou de haver colónia do Sacramento. E se a prata de Potosi diminuiu até meados do século, aumentou depois, passando agora a concorrer com a que se extraía de outras partes da América espanhola, designadamente do México.

O quadro que acabou de ser traçado explica por que motivo a região do Rio da Prata se revestiu de tanta importância, para a Coroa portuguesa, para a sociedade portuguesa no reino, para as autoridades portuguesas na América do Sul e, também, para as populações do Rio de Janeiro e de São Paulo. O feixe de interesses que foi descrito conferiu uma notável centralidade política e comercial a essa região mais ou menos periférica.

A Colónia de Sacramento na segunda metade de Setecentos

O que até aqui foi referido mostra que, durante a primeira metade do século XVIII, continuaram a marcar presença, na região platina, duas dinâmicas aparentemente contraditórias: por um lado, o esforço para fechar a fronteira, algo que era inerente à ocupação efectiva do território – na linha do que André Costa apresenta no estudo que incluiu neste volume. Por outro, o desejo de manter o carácter poroso dessa fronteira, tendo em vista garantir que a interacção até aí registada não se iria interromper. O que se discutia na alta política era, no fundo, a protecção de um contrabando que garantia o acesso a um produto essencial para a monarquia portuguesa: a prata.

Tocamos aqui outro ponto essencial: a dialéctica, nem sempre pacífica, entre fronteira estanque e *limes* porosa. Na arquitectura institucional da monarquia portuguesa o espaço Atlântico e, em particular, o Brasil, distinguia-se claramente do Estado da Índia. Ao contrário daquele, a América portuguesa era um domínio territorial, caracterizado pela organização efectiva do tecido produtivo de *hinterlands* mais ou menos extenso e pautado por uma grande uniformidade institucional. Capitánias-gerais, câmaras, ouvidorias, ordenanças e outras instituições locais existiam, embora com enormes assimetrias espaciais, em grande parte da América portuguesa, ao invés do Oriente no qual, para além de Goa e de Macau, predominavam as feitorias e as praças militares, voltadas para o controlo, cada vez menos efectivo, da navegação no Índico.

Desse ponto de vista, a Colónia do Sacramento fugia claramente ao modelo Atlântico: era uma praça militar encravada na América espanhola que tinha como quase única função proteger a navegação portuguesa no Rio da Prata e o «comércio ilícito» a que esta dava lugar, comércio esse que, na segunda metade de Setecentos, não deixou de se desenvolver a partir do mundo mercantil do Rio de Janeiro, como mostra, claramente, o trabalho de Carlos Gabriel Guimarães e Fábio Pesavento que integra este volume. Era, pois, uma espécie de tentáculo do Estado da Índia enxertado no Estado do Brasil.

33 Cf. SANTOS, Corcino M., *Op. Cit.*, p. 174.

Semelhante, por exemplo, ao que existia no Sudeste Asiático e no Extremo Oriente, espaço onde sempre existiu uma fronteira porosa entre os dois empreendimentos imperiais ibéricos. E onde, aliás, a prata também circulou abundantemente.

As questões que importa ressaltar são, assim, múltiplas, mas todas estreitamente conectadas: até que ponto, como acusavam os espanhóis e em geral os defensores do tratado de Madrid, a defesa da colônia implicava que se assumisse a apologia do contrabando e como é que um Secretário de Estado ou um régio conselheiro o podia fazer? Até que ponto podemos descobrir alguma oposição entre uma política predominantemente «comercial» e uma outra voltada para a afirmação da «soberania territorial»? Os alinhamentos, internos e externos, nessas matérias, tinham alguma peculiar matriz ideológica, ou eram ditados por opções de política meramente circunstanciais? Por fim, será que é possível estabelecer uma conexão entre tais opções e dados grupos de pressão, presentes no terreno e com conexões mais amplas?

A respeito da primeira questão, importa sublinhar que os críticos da manutenção da colônia do Sacramento, fossem eles castelhanos, fossem eles portugueses, assumiram sempre, sem reservas, que ela servia, essencialmente, para promover o «comércio ilícito». Para a diplomacia espanhola era claro que, como afirmava o cônsul de Génova em Lisboa em carta de 7 de Fevereiro de 1736 que a Colônia de Sacramento, «terreno averiguado de la America española, y causa del Comercio clandestino, tan ventajoso à estos naturales y a los Ingleses como perjudicial a los Intereses de Su Magestad...». Um tópico reiterado e insistente na correspondência diplomática espanhola e pelas autoridades locais espanholas, como Governador espanhol que reconheceria em 1772 ser inútil esforço das embarcações que, no estuário da prata, procuravam impedir o «ilícito comercio»³⁴.

Mas também em Portugal se sustentou a mesma ideia, particularmente os defensores do Tratado de Madrid. A tomada de decisão do embaixador português, ao assinar os Tratados de Execução, originou uma violenta crítica em Lisboa. Gusmão terá assumido a defesa do embaixador, bem como da execução do acordado em Madrid em 1750, caracterizando as posições que previam a manutenção da Colônia como

ideias falsas e interesses de hum Comercio illicito tam incerto, e duvidozo, e sugeito a tantas contradicoens, que bem conciderado nam fica a Portugal mais do que aquele tenue interesse que tem hum Comissario que leva generos estrangeiros ao Brazil, e os direitos que eses generos pagam nas Alfandegas, que comparados com a despeza de sustentar huma guarniçam na Colonia competente para impedir qualquer insulto, he com exceso muito inferior»³⁵.

34 Archivo General de Simancas, Estado, Legajo 7301.

35 Anónimo. Cortesão indica que talvez tenha sido de Gusmão a minuta, Torre do Tombo MNE, Secretaria de Estado, Arquivo Madrid, Cx. B, 1751-1753.

Curiosamente, o Vice-rei 1º Conde da Cunha, apesar da proximidade de Pombal, afirmaria em 1767:

Entendo que a Praça da colónia nos arruína, e que o negócio que nela fazemos com os castelhanos por mais vantajoso que ele nos seja nos não é conveniente porque neste 4 anos que tenho governado essa capitania observei que as poucas embarcações que navegam para ela são sumacas e pequenas (...) **por ouro em pó** e por diamantes brutos se extraem dos castelhanos tantos milhões de pesos³⁶.

Do outro lado, os defensores da colónia, inspirados embora em preceitos mercantilistas, nunca assumem explicitamente a defesa do contrabando, chamando-lhe apenas eufemisticamente «a abertura à navegação do rio da Prata» (expressão de Carvalho e Melo). Aos que defendiam que o Tratado e a cedência da Colónia se devia efectuar, e sustentavam que se não devia fazer despesa com uma Praça que só servia de Capa para se rebuscar um comércio clandestino e de contrabando, contrário aos tratados, respondia o Governador António Pedro de Vasconcelos que entregar o presidio do Prata seria permitir que a Espanha fechasse «uma porta por onde nos entrou a sua prata», deixando, a Coroa de Portugal, além do mais, expostos o ouro e «a chave mestra dos thezouros Americanos, não só à Espanha, mas também às nações mais poderosas na marinha»³⁷. Carvalho e Melo, em carta a Gomes Freire, deixava bem claro que a sua posição ia no mesmo sentido: a proposta da diplomacia de Madrid, tinha como objectivo «fechar, pela ocupação da Colónia e pela interdição do Rio da Prata as portas de todas as suas Províncias daquela parte»³⁸. Logo em 1751, toda a política diplomática desenhada por Pombal pressupunha a manutenção da Colónia, impondo como necessário que se armasse, desde os «primeiros passos, nas cartas e officios» de tal forma que o «Tratado de Limites viesse a reduzir-se a termos de não poder ter execução». Diga-se de passagem que a posição de Pombal face aos jesuítas era, nesta fase, de colaboração, prevendo que fossem dadas aos padres da Companhia, na zona dos Sete Povos, condições que «não só fossem iguais, mas mais favoráveis». E acrescenta-se que depois da queda definitiva da colónia em 1778 e da melhor repressão do contrabando no Prata nos anos 70 (elevado a vice-reinado desde 1776) o comércio entre as duas Américas não deixou de registar uma grande recuperação.

A segunda questão é, porventura, mais complexa. Remete para se saber se, por exemplo, em torno da defesa ou crítica do Tratado de Madrid podemos ou não vislumbrar duas concepções alternativas sobre a questão da ocupação territorial/navegação do Prata.

36 Cf. SANTOS, Corcino M. *Op. Cit.*, p. 175.

37 Carta de António Pedro Vasconcelos, 1750, publicada por Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII, século Pombalino no Brasil*. Rio de Janeiro, 1989, p. 261.

38 Carta de Sebastião de Carvalho e Melo, publicada por Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII, século Pombalino no Brasil*. Rio de Janeiro, 1989, p.294.

A terceira questão, antes esboçada, é a de saber até que ponto as fracturas políticas que surgem a propósito da colónia, por exemplo, em torno da execução do Tratado de Madrid (tanto em Portugal, como em Espanha), reflectem fracturas programáticas ou simples clivagens tácticas na disputa política palaciana. Em 1751 havia uma espécie de aliança entre Carvajal e Gusmão, pró tratado, e entre Ensenada e Carvalho, contra o mesmo, e com o apoio explícito dos jesuítas portugueses e espanhóis.

Helen Osório, no estudo que integra este volume, analisa com detalhe as dificuldades de implementação do Tratado de Madrid. Como se sabe, o processo foi de tal modo conflituoso que acabou mesmo por colocar Portugal e Espanha na senda da guerra guaranítica. Além disso, as duas monarquias ibéricas acabaram por ser envolvidas num confronto de maior escala, a chamada «Guerra dos Sete Anos», facto que não deixou de ter consequências na área do Rio da Prata. O governador de Buenos Aires, Dom Pedro de Ceballos não deixou de se aproveitar da situação para avançar em fins de Agosto de 1762 sobre a Colónia do Sacramento, cujo governador se rendeu ao fim de menos de um mês de cerco, apesar de dispor de forças mais do que suficientes para resistir por mais tempo³⁹. E não ficou por aí. Avançou pelo Rio Grande e tomou diversas fortalezas, entre as quais o forte de Santa Teresa, e a vila de São Pedro. Depois do Tratado de Paris, Portugal recuperou, uma vez mais, a Colónia do Sacramento. Mas não assim a vila, nem algumas das fortificações. A tensão naquele «continente», decisivo pela sua relevância a vários títulos, incluindo o de ser a principal zona de contrabando entre as duas Américas ibéricas e a fonte de fornecimento de prata que vinha para Lisboa, não iria terminar. Como demonstram vários dos estudos incluídos no presente dossier, o confronto prolongar-se-ia por toda a década e meia seguinte, tanto mais que as posições detidas pelos espanhóis lhes permitiam cercar a colónia portuguesa⁴⁰.

Anos mais tarde as tropas portuguesas no sul do Brasil realizaram uma contra ofensiva que as levaria, a 31 de Março de 1776, a tomarem a vila de Rio Grande aos espanhóis. Entretanto, chegaram ordens do reino para suspender a ofensiva. Como em outros momentos, o governo português apostava na diplomacia, consubstanciada nas figuras de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, embaixador em Madrid e antigo governador de Angola, e de seu irmão, Dom Vicente, embaixador em Paris, e na possível mediação francesa e, também, inglesa⁴¹. E, tal como em outras situações, o

39 CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período Colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p.177.

40 Cf. entre outros: MAXWELL, Kenneth. *Devassa da devassa*. A inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1978, p.55; MAGALHÃES, J. Romero; BETTENCOURT, F. ; CHAUDURI, C. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p.33; BICALHO, Maria Fernanda, *A Cidade e o Império*. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.60-80.

41 Cf. as instruções de Pombal a D. Vicente de Sousa Coutinho em Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da monarchia portuguesa athe aos nossos dias*. T. VIII. Paris: 1853, p.127-145.

tempo de comunicação entre as metrópoles e as colónias servia de pretexto para que se fossem ocupando posições no terreno. Desde meados de 1776 que se preparava uma ofensiva espanhola visando tomar a ilha de Santa Catarina e destruir definitivamente a Colónia do Sacramento, ao mesmo tempo que se criava o vice-reinado do Rio da Prata. Em Novembro partiria uma poderosa armada espanhola da Europa rumo ao novo mundo. Mas o seu destino era incerto, tendo-se admitido que fosse para o Norte. Segundo informou por volta do Natal de 1776 o embaixador francês ao seu governo, os portugueses estavam de tal maneira ocupados com a doença de Dom José que só dariam pela esquadra quando ela desembarcasse na América, o que explicaria que o Cardeal da Cunha tivesse já desertado Pombal⁴². Com efeito, a resposta militar no Brasil tardou e, mais uma vez, foi manifesta a dificuldade do vice-rei, o 2º Marquês do Lavradio, para mobilizar os recursos militares das outras capitanias. A 20 de Fevereiro de 1777 as forças navais luso-brasílicas, perante a superioridade inimiga, abandonaram as proximidades da ilha de Santa Catarina, assinando-se as capitulações pouco depois. Em Junho de 1777 a Colónia do Sacramento seria tomada e a sua cidadela definitivamente destruída. Em Outubro de 1777 o Tratado de Santo Ildefonso consagraria o fim da Colónia do Sacramento, embora Portugal mantivesse o Rio Grande e recuperasse Santa Catarina.

Passara o tempo da colónia do Sacramento. Mas o comércio da prata iria prosperar.

42 Visconde de Santarém. *Op. Cit.*, p. 296.